



LEITURA MAQUIAVÉLICA DE JOSIAS E EZEQUIAS EM JUDÁ: PODER, RELIGIÃO E RAZÃO DO ESTADO

SILVA, G. F. F.

UFMG/FAFICH/Departamento de Filosofia, gffslv@ufmg.com

Resumo: Este artigo analisa as reformas religiosas de Ezequias (716–687 a.C.) e Josias (640–609 a.C.) em Judá pela ótica maquiavélica (*O Príncipe*). Argumenta que, além do zelo religioso (2 Reis 18–23; 2 Crônicas 29–34), elas foram estratégias de poder: Ezequias centralizou o culto em Jerusalém para enfraquecer rivais; Josias radicalizou-a, aproveitando o declínio assírio (fortuna) com ação decisiva (*virtù*), visando unificação nacional e "razão de Estado" frente à Babilônia. A narrativa bíblica, assim, revela um realismo político instrumental. Dificuldade principal: escassez de fontes extrabíblicas limitou análises contextuais, mas não invalida a tese, pois a narrativa bíblica (analisada criticamente) é o objeto de estudo.

Palavras-chave: Reforma de Josias, Ezequias, Maquiavel, Centralização do Poder.

1. Introdução:

Este artigo propõe uma releitura crítica da reforma religiosa do rei Josias em Judá (2Rs 22–23), tradicionalmente celebrada como reavivamento devocional yahwista, à luz do pensamento político de Maquiavel (*O Príncipe*). Partindo da hipótese de que as ações de Josias — centralização do culto em Jerusalém, supressão de santuários rivais (Betel) e adoção do "*Livro da Lei*" (*Deuteronômio*) — transcendem o âmbito religioso, argumenta-se que elas constituíram um projeto estratégico de fortalecimento do poder monárquico, em continuidade com as medidas precursoras de Ezequias (2Rs 18:1–8). Sob o conceito maquiavélico de razão de Estado, analisa-se como ambos os reinados instrumentalizaram a religião para fins políticos: Ezequias estabeleceu as bases ideológicas e administrativas, enquanto Josias

Grupo de Pesquisa Texto Livre	Belo Horizonte	v.15	n.2	2024.1	e-ISSN: 2317-0220
-------------------------------	----------------	------	-----	--------	-------------------

Realização:

Apoio:

Produção:





radicalizou o processo, aproveitando o vácuo geopolítico pós-Assíria para consolidar controle centralizado, unificação nacional e legitimação dinástica. Baseando-se nos autores contemporâneos Cruqui (2019) e Vavouras e Theodosiadis (2024), demonstra-se que a narrativa bíblica, embora teologicamente orientada, revela mecanismos de engenharia política e controle ideológico compatíveis com o realismo maquiavélico.

2. Dos Fatos

Partindo de uma análise das reformas religiosas dos reis Ezequias (716–687 a.C.) e Josias (640–609 a.C.) no Reino de Judá sob a perspectiva teórica de Nicolau Maquiavel (*O Príncipe*) há uma lacuna identificada na bibliografia – que estudos clássicos enfatizaram na dimensão religiosa da reforma deuteronomica (De Wette, 1805; Noth, 1943) ou questionaram através da historicidade da narrativa bíblica, sugerindo que reflete uma agenda pós-exílica (Finkelstein; Silberman, 2001) –, busca-se demonstrar como os conceitos maquiavélicos de *virtù*, fortuna e razão de Estado revelam uma estratégia política de centralização do poder, instrumentalizando a religião como *instrumentum regni* (Machiavelli, 2010).

Poucos trabalhos, no entanto, exploraram a dimensão maquiavélica dessas reformas. Liverani (2005) aproximou-se dessa abordagem ao discutir a relação entre religião e Estado no antigo Israel, enquanto Brettler (1995) analisou a Bíblia como literatura política. Este artigo avança nessa discussão, aplicando conceitos maquiavélicos (*virtù*, fortuna, razão de Estado) às reformas de Ezequias e Josias.

A literatura especializada divide-se em três eixos: abordagem clássica que foca na dimensão religiosa, como em De Wette (1805), que vinculou a reforma de Josias ao Deuteronomio, e Noth (1943), que a interpretou como restauração da aliança; crítica histórico-arqueológica: representada por Finkelstein e Silberman (2001), que argumentam que a narrativa reflete uma agenda pós-exílica, não um evento histórico preciso; análises político-religiosas: Liverani (2005) e Brettler (1995) avançam ao

Grupo de Pesquisa Texto Livre	Belo Horizonte	v.15	n.2	2024.1	e-ISSN: 2317-0220
-------------------------------	----------------	------	-----	--------	-------------------

Realização:

Apoio:

Produção:





discutir religião como ferramenta estatal, porém sem aplicar sistematicamente o referencial maquiavélico. Como observam Vavouras e Theodosiadis (2024, p. 12): "a religião em Maquiavel opera como metodologia política para legitimar o poder e neutralizar dissidências".

Neste estudo, aplicam-se os conceitos centrais de *Virtù* (capacidade de ação decisiva do governante) e fortuna (aproveitamento de conjunturas). As reformas de Ezequias (2Rs 18:1–8) estabeleceram os pilares maquiavélicos: supressão de santuários locais (lugares altos) e centralização do culto em Jerusalém. Isso enfraqueceu elites regionais e consolidou o controle real, antecipando a razão de Estado. "O sonho de Josias era, na verdade, um projeto de poder que usou Deus como justificativa" (Cruqui, 2019, "p. 34").

Josias (2Rs 22–23) radicalizou a reforma ao aproveitar a fortuna (o vácuo de poder pós-Assíria). Suas ações – centralização total do culto, destruição de altares rivais (Betel) e adoção do "*Livro da Lei*" – exemplificam a *virtù* maquiavélica. A descoberta do Deuteronômio serviu como instrumento de unificação ideológica e legitimação dinástica, corroborando a tese de que "o governante deve priorizar a sobrevivência do Estado acima de considerações morais" (Machiavelli, *O Príncipe*, 2010, "Cap. XV").

Como destaca Liverani (2005), a religião no antigo Oriente Médio era indissociável do projeto estatal – porém, a análise maquiavélica aqui proposta revela mecanismos específicos de instrumentalização ausentes em estudos anteriores.

As reformas de Ezequias e Josias transcendem o âmbito devocional: foram projetos de poder que usaram a religião como tecnologia política. Ezequias agiu com *virtù* para centralizar o culto; Josias aproveitou a fortuna geopolítica para consolidar um Estado unificado sob Jerusalém, justificado pela razão de Estado. Esta leitura não invalida a dimensão religiosa, mas revela sua funcionalidade política, conforme Maquiavel antecipou ao defender a religião como alicerce do controle social (Machiavelli, *O Príncipe*, 2010, "Cap. XI").



3. Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa de caráter teórico-analítico, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental. Foram priorizadas fontes primárias e secundárias, organizadas em categorias:

Fontes primárias: textos bíblicos (2 Reis 18–23; 2 Crônicas 29–34) na Bíblia de Jerusalém (edição crítica), analisados mediante exegese histórico-literária e Obras de Maquiavel (*O Príncipe*), utilizando tradução acadêmica (Dias, 2010).

Fontes secundárias: monografias e teses sobre centralização política em Judá (CAPES, 2015–2023). Obras seminais: De Wette (1805), Noth (1943), Finkelstein e Silberman (2001), Liverani (2005), e autores contemporâneos (Cruqui, 2019; Vavouras e Theodosiadis, 2024).

A estrutura lógica do trabalho obedece à sequência de introdução (apresentação da tese da instrumentalização política das reformas); fundamentação teórica (exposição dos conceitos maquiavélicos como *virtù*, fortuna, razão de Estado); análise das Reformas (Ezequias como ator de *virtù* e Josias e o aproveitamento da fortuna) e discussão crítica (confronto entre a leitura maquiavélica e as correntes historiográficas)

4. Análise e Interpretação dos Dados

A aplicação dos conceitos maquiavélicos é sistemática e pertinente:

Conceito	Aplicação em Ezequias	Aplicação em Josias
<i>Virtù</i>	Supressão de santuários locais	Destruição de Betel e centralização total
Fortuna	Contexto de ameaça assíria	Aproveitamento do vácuo pós-Assíria
Razão de Estado	Controle ideológico incipiente	Instrumentalização do Deuteronômio



Isso demonstra que “a religião foi instrumentalizada como *instrumentum regni*” (Machiavelli, 2010), conforme sintetizado por Vavouras e Theodosiadis (2024).

O estudo supera limitações da abordagem clássica (De Wette 1805; Noth, 1943) que mantém a dimensão religiosa, mas a subordina ao projeto político; faz uma crítica histórico-arqueológica (Finkelstein e Silberman, 2001), Incorpora o debate sobre historicidade, mas foca na função política da narrativa, independentemente de sua gênese; produz análises político-religiosas (Liverani; Brettler) e avança ao operacionalizar conceitos maquiavélicos de forma específica.

As ações dos reis são analisadas como estratégias: Ezequias (2Rs 18:4) quando "Removeu os altares idólatras, despedaçou as colunas sagradas" (ato de *virtù* para eliminar rivais político) e Josias (2Rs 23:15) quando "Destruiu o altar de Betel" (uso da fortuna para ancorar poder em Jerusalém) e quando encontrou o "*Livro da Lei*" (2Rs 22:8) (ferramenta de legitimação dinástica e unificação ideológica).

O artigo preenche uma lacuna dupla:

- a) Teórica: aplica o maquiavelismo às reformas judaítas de modo estruturado;
- b) Historiográfica: demonstra que a narrativa bíblica codifica racionalidade política, mesmo que redigida posteriormente.

Esta leitura não anula a dimensão religiosa, mas expõe sua funcionalidade secular no projeto de Estado judaíta, antecipando princípios que Maquiavel só sistematizaria séculos depois.

5. Conclusão

Demonstrou-se que Ezequias e Josias instrumentalizaram a religião (*instrumentum regni*) para centralizar poder, suprimir rivais e unificar Judá, à luz de *virtù* (ação decisiva), fortuna (contexto geopolítico) e razão de Estado (Machiavelli, 2010). Foi alcançado ao sistematizar a aplicação do referencial maquiavélico, avançando além de abordagens clássicas (De Wette, 1805; Noth, 1943) e críticas (Finkelstein e Silberman, 2001), conforme sustentado por Cruqui (2019) e Vavouras e



Theodosiadis (2024).

A síntese dos resultados foi que as reformas foram estratégias de Estado: Ezequias usou *virtù* para enfraquecer elites locais (2Rs 18:4); Josias capitalizou a fortuna (queda assíria) para impor o Deuteronômio como ferramenta ideológica, justificado pela sobrevivência do reino (razão de Estado). Assim, o "avivamento religioso" revela-se um projeto de poder realista, antecipando princípios maquiavélicos.

A leitura proposta não contradiz as interpretações devocionais ou críticas; antes, as integra ao expor a funcionalidade política da religião no antigo Judá, validando a hipótese inicial com rigor teórico e bibliográfico.

Referências

- BRETTLER, M. **The Creation of History in Ancient Israel**. Londres: Routledge, 1995.
- DE WETTE, W. M. L. **Dissertação Crítico-Exegética sobre Deuteronômio**. Jena: 1805.
- FINKELSTEIN, I.; SILBERMAN, N. A. **A Bíblia Não Tinha Razão**. São Paulo: A Girafa, 2001.
- LIVERANI, M. **Israel's History and the History of Israel**. Londres: Equinox, 2005.
- MACHIAVELLI, N. **O Príncipe**. Trad. Maurício Santana Dias. São Paulo: Penguin Classics, 2010.
- NOTH, M. **Überlieferungsgeschichtliche Studien**. Halle: Max Niemeyer Verlag, 1943.
- VAVOURAS, E; THEODOSIADIS, M. The Concept of Religion in Machiavelli: Political Methodology, Propaganda and Ideological Enlightenment. **Religions**, out. 2024.
- CRUQUI, J. O sonho de Josias: religião e poder, entre a resistência e violência em nome de Deus. **UNITAS - Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões**, Curitiba, fev. 2019.



Universidade Federal de Minas Gerais
UEADSL 2024.2 - Liberdade e Cidadania

BÍBLIA DE JERUSALÉM. **A Bíblia de Jerusalém.** Nova edição, revista e ampliada.
São Paulo: Paulus, 2002.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-Compartilha Igual (CC BY-SA- 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.

Grupo de Pesquisa Texto Livre	Belo Horizonte	v.15	n.2	2024.1	e-ISSN: 2317-0220
-------------------------------	----------------	------	-----	--------	-------------------

Realização:

Apoio:

Produção:

